

Quero começar agradecendo à CorpAraucanía por nos permitir compartilhar a visão que temos nas Empresas CMPC e no setor florestal sobre a região, seus desafios e oportunidades.

Quero acrescentar, também, que a nossa visão corresponde à de um ator local, como a grande maioria de vocês. Porque embora sejamos uma empresa presente em muitos países, somos ao mesmo tempo uma empresa regional, com 180.000 hectares de bosques na Araucanía, uma fábrica de celulose (que responde pela maior parte das exportações regionais), outra fábrica de plywood, uma serraria e uma iniciativa de apoio a empreendedores e artesãos locais chamada Fibra Local e que vocês certamente conhecem por sua loja e centro de coworking localizado na Calle Prat, bem no centro de Temuco.

Além disso, quero começar dizendo que nossa visão da região, como atores locais, é positiva e otimista. É por isso que estamos aqui e é por isso que consideramos essencial a nossa presença na região, onde continuaremos a investir, gerar emprego, desenvolvimento e empreendedorismo local.

Porque somos e podemos vir a ser mais ainda, uma contribuição para o desenvolvimento, para a cadeia produtiva, para o combate à crise climática através da captura de carbono e para a produção e comercialização de produtos sustentáveis que venham a substituir os mais poluentes.

Há quem nos classifique como uma indústria de pouco valor agregado, até mesmo “fora de moda”. Mas isso é simples desconhecimento. O mundo todo demanda cada vez mais produtos provenientes de soluções naturais, renováveis e certificadas, que sejam biodegradáveis e que promovam uma economia circular.

Madeira estruturada de alto padrão para construir em altura para substituir o concreto. Sacolas de papel para substituir as de plástico de um único uso. Biomassa para a geração de energia limpa e sustentável. E assim por diante.

Em outras palavras, somos uma indústria do futuro que tem suas origens aqui, na Araucanía, e que evidencia as capacidades técnicas e profissionais desta região.

Por isso, insisto: o que eu venho compartilhar hoje é a nossa visão otimista, local e de futuro.

Peço licença para ler minhas próximas palavras. Temos um tempo limitado e gostaria de ser preciso e abordar tudo o que quero dizer.

Abro aspas: "Se a indústria florestal acabasse, avançaria a possibilidade de solucionar o conflito mapuche", foi o que disse um deputado da República há alguns meses.

Mais ainda: o mesmo acrescentou: "o principal conflito do povo mapuche é com as empresas florestais".

Não, Honorável Deputado, o senhor, assim como outras pessoas, está errado.

Além de acabar incentivando – intencionalmente ou não – os ataques contra trabalhadores e operações florestais, que no nosso caso este ano já custaram a vida de três valiosas pessoas, devo lembrar àqueles que insensatamente apontam nossa indústria como fator crítico do –em minha opinião- mal denominado "conflito Mapuche" que este é um problema de longa data, fundamentalmente de natureza política e que tem o Estado, representado por seus sucessivos governos, como o principal protagonista.

Cito textualmente o escritor Eulogio Robles Rodríguez: "O erário dispôs de tudo o que quis e o resto foi destinado aos índios. Daí o escasso espaço de terra que ficou para eles, o que motiva a peregrinação dos araucanos que vão periodicamente à capital para apresentar queixas sobre a desapropriação de suas terras".

Esta triste descrição dos fatos tem 140 anos.

Tampouco somos responsáveis pela destruição de bosques nativos. Observem, por favor, estas fotografias que mostram lugares muito representativos da região: Curanilahue, Bajo Malleco, Carahue. Todas foram tiradas no final do século 19. Observem os morros ao redor. São solos nus.

Naquela época, o Chile tinha cerca de 18 milhões de hectares de bosques nativos. No início da década de 1970, essa área havia sido reduzida para cerca de 14 milhões de hectares. Cinquenta anos depois, podemos afirmar, com orgulho, que nosso país conseguiu frear essa massiva perda de bosques nativos, mantendo esses 14 milhões de hectares, basicamente porque possui uma indústria florestal renovável, sustentável e certificada, capaz de atender às necessidades das pessoas e de um mundo onde há demanda de produtos provenientes dos bosques.

Alguém quer acabar com essa indústria?

Poderia me explicar como pretende substituí-la?

Onde iríamos obter os produtos que este futuro mais verde e sustentável demanda?

Não venham me dizer também que somos obra do Governo Militar. Claro que o DL 701 foi importante e contribuiu para que, ouçam com atenção, muitos de nós do setor privado investíssemos 20 pesos para cada peso que o Estado investiu. Hoje, novos incentivos são necessários para que pequenos e médios proprietários, incluindo comunidades mapuche, possam voltar a plantar em terras eminentemente aptas para a silvicultura e que hoje sofrem as consequências da erosão.

Mas todas essas políticas de incentivo tiveram uma origem muito anterior, quando em 1931 o presidente Ibáñez promulgou a chamada Lei dos Bosques.

“Aquele que percorra a Cordilheira da Costa de Coquimbo a Llanquihue e observe a ferida aberta na terra, resultado da erosão deixada pela rocha viva, não poderá pensar que este é o país florestal do qual já lemos e ouvimos tanto”, disse no início dos anos 70 o então ministro da Agricultura, Jacques Chonchol.

Somos uma indústria jovem, porque como vocês bem sabem, no caso do Pinus mal acumulamos um pouco mais de duas rotações de árvores em nossas plantações. Cada vez que plantamos, como estamos fazendo hoje em muitos lugares da região, o fazemos com a confiança de que poderemos fazer a colheita dessas árvores daqui a 22 anos.

Porque somos uma indústria de futuro com visão de futuro, acreditamos firmemente na convivência. Na convivência social, cultural e produtiva. É isso o que vemos e verificamos diariamente em nosso relacionamento com mais de 450 comunidades mapuche.

Ninguém está sobrando aqui na Araucanía.

Muito menos uma indústria que nasceu de um visionário olhar central e que conseguiu crescer e se posicionar na liderança mundial.

Cito o trabalho da Comissão para o Futuro do Senado da República: a indústria florestal "representa um campo de oportunidades e desafios, pois é um ator fundamental para alcançar novos equilíbrios globais, ajudando a reduzir emissões e mitigar os efeitos da crise climática em diferentes setores".

É neste âmbito que temos trabalhado, pelo diálogo. Fomos a única empresa que participou da Comissão Vargas e subscrevemos cada uma de suas recomendações.

Aproveito esta oportunidade para fazer um sincero agradecimento ao Monsenhor Héctor Vargas, Bispo da Diocese de Temuco, que se empenhou e dedicou todos os seus esforços, apesar de sua dolorosa doença, para restaurar a paz na região.

Participamos de todas as instâncias de diálogo que o ex-ministro Moreno criou e agora temos participado em cada uma das reuniões às quais fomos convidados pelos Ministérios do Interior e do Desenvolvimento Social.

Na verdade, eles nos convidaram para falar sobre terras. Sobre a entrega de terras às comunidades. Já o dissemos no passado e repito hoje: este não é apenas um problema de terras, mas também é um problema de terras.

Mas quero deixar algo claro, principalmente para aqueles que dizem que a única solução é "negociar com as empresas florestais".

De acordo com os números que a própria Conadi nos forneceu em diversas ocasiões, a indústria como um todo não representa mais de 10% da demanda de terras por parte das comunidades.

Além disso, segundo um estudo da consultoria Atisba Monitor, mais de 420.000 pessoas vivem em territórios nos quais foram concedidos Títulos de Merced entre 1884 e 1929, o que significa que há um terço dos habitantes da Araucanía que vive em áreas sob esses Títulos, incluindo uma parte importante desta mesma cidade.

Então, novamente, tome cuidado ao apontar quase que exclusivamente para a indústria florestal como um fator-chave do conflito ou de sua eventual solução.

O diálogo é bem-vindo, sem restrição de temas ou interlocutores, mas sempre levando em consideração que somos uma indústria necessária e que, pelo menos no nosso caso, não temos nenhuma intenção de abandonar nossas operações.

Pela mesma razão, nenhum diálogo frutífero pode se limitar apenas à conversa sobre a eventual compra e venda de terras.

O processo de diálogo, muito necessário para um diagnóstico eficaz e soluções locais, deve considerar todos os atores do território e é neste sentido que disponibilizamos o nosso conhecimento ao poder público para que qualquer eventual compra de terrenos leve em consideração a realidade das comunidades solicitantes, as características produtivas de

cada terreno, a situação de seus moradores e a disponibilidade de água, entre outros fatores.

Não podemos repetir experiências anteriores de entrega de terras que acabaram sendo inutilizadas ou subutilizadas por falta de condições produtivas ou de assessoria às comunidades.

Acreditamos no reconhecimento histórico do povo Mapuche, bem como na necessidade de melhorar suas condições econômicas, respeitando é claro sua visão holística do território, o que não impede a possibilidade de plantar pinheiros ou eucaliptos, como já nos foi indicado por muitas comunidades, a maioria das quais acaba desistindo devido às ameaças que recebem por parte de grupos violentos, que nos últimos anos chegaram às vias de fato, resultando em mortos e feridos.

O senador Huenchumilla entendeu muito bem minhas palavras há algum tempo, quando afirmei que estamos interessados na madeira ou nas árvores mais que na terra.

É assim que a maioria de nossos concorrentes opera em países como Canadá, Estados Unidos, Suécia ou Finlândia.

Mas isso requer pelo menos três condições básicas:

- 1) Em primeiro lugar, o consenso de que somos uma indústria necessária. Claro que podemos fazer as coisas mais bem feitas. Para isso, contamos com conhecimento técnico e científico acumulado ao longo de nossos anos de desenvolvimento. Hoje estamos, por exemplo, introduzindo os primeiros corredores biológicos que vão unir áreas de alto valor de conservação, permitindo a passagem de animais e favorecendo a biodiversidade em nossas plantações. Também estamos aumentando as áreas de conservação em cursos d'água e protegendo as nascentes que se encontram dentro de nossas propriedades. Comprometemo-nos com a restauração de mais 100.000 hectares de bosques nativos e preparamos nossos viveiros para a recuperação de espécies em risco, como o Ruil ou a Araucária.
- 2) Em segundo lugar, incentivos para plantações produtivas para pequenos e médios proprietários, incluindo as comunidades que desejem fazê-lo. Isto foi solicitado há algumas semanas atrás ao novo diretor da CONAF por moradores reunidos em Empedrado, um emblemático município florestal da região do Maule. Mas a resposta foi que somente haverá projetos para reflorestamento com espécies nativas.

É muito bom que o reflorestamento com espécies nativas seja incentivado e que a natureza seja protegida de suas principais ameaças atuais, como a extração ilegal de lenha ou a proliferação de loteamentos imobiliários.

Mas para preservar o bosque nativo e permitir a produção de madeira, papel, papelão e celulose, são necessários plantios produtivos. Monoculturas, como alguns gostam de dizer, assim como as plantações de maçã, de uva ou a crescente indústria de avelã europeia.

Estamos totalmente disponíveis para gerar esforços público-privados que visem a criação do apoio que os pequenos e médios proprietários precisam, assim como já o conversamos com a Corfo durante o governo da Presidente Bachelet ou como fazemos todos os anos para combater os incêndios rurais.

3) A terceira condição, e sem dúvida a mais importante nos tempos conturbados em que vivemos, é a segurança.

Não somos uma empresa de segurança. Não temos e não queremos ter guardas armados. Nossa prioridade é a segurança de nossos colaboradores e tomamos todas as medidas necessárias para cuidá-los, mas a responsabilidade pela segurança pública recai sobre as forças de segurança que detêm o monopólio exclusivo do uso de armas.

Temos uma tremenda oportunidade de convergir para um modelo virtuoso e participativo de desenvolvimento florestal que aproveite as vantagens comparativas desta região, que respeite e conviva com outras atividades e visões, e que responda às necessidades de um mundo mais verde e sustentável.

Mas precisamos chegar a alguns consensos. Podemos falar de terras se conhecermos e acordarmos os escopos dessa conversa (o que dificilmente conseguiremos com uma comissão de até 6 anos). E podemos falar de novos modelos de convivência se nós assumirmos que todos somos valiosos e necessários em nossa querida região de La Araucanía.

Muito obrigado